

ACONTECE

ANO 41 - ED.354 - JUNHO / 2026

Portal Único coloca Brasil em destaque na OMC



Editorial

STF fortalece segurança jurídica na aplicação da NR-1

Operação Benaia reforça alerta sobre integridade no setor

Investigação da PF amplia debate sobre compliance

Indústria cresce e exportações batem recorde

Economia avança com força do comércio exterior

EDITORIAL

STF reforça segurança jurídica na saúde mental no trabalho

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu importante decisão na ADPF nº 1.316, estabelecendo um marco para as empresas que se preparam para atender às novas exigências relacionadas à gestão dos riscos psicossociais previstas na atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1).

Ao analisar a matéria, o ministro André Mendonça reconheceu a relevância constitucional da proteção à saúde mental dos trabalhadores e manteve a validade da política pública instituída pela NR-1.

Ao mesmo tempo, suspendeu, por 90 dias, apenas a eficácia sancionatória de determinados dispositivos, permitindo que sejam aperfeiçoados por meio do diálogo institucional.

A decisão esclarece um ponto importante: a NR-1 permanece em vigor.

O que foi temporariamente suspenso foi apenas a possibilidade de aplicação imediata de sanções relacionadas a dispositivos que ainda necessitam de maior objetividade normativa.

Com isso, o STF cria um ambiente de maior segurança jurídica para que empresas, entidades representativas e órgãos públicos possam contribuir para o aperfeiçoamento das regras antes da plena aplicação do regime sancionatório.

O que permanece para as empresas

A NR-1 continua sendo referência para a gestão dos riscos psicossociais e para a construção de ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis.

As empresas permanecem responsáveis por revisar seus processos internos, identificar riscos ocupacionais, desenvolver programas preventivos, capacitar lideranças e acompanhar a evolução das exigências regulatórias.



Foto: Luiz Ramos, presidente do Sindicomis Nacional | ACTC

Empresas que utilizarem esse período para estruturar seus programas estarão mais preparadas quando o processo regulatório for definitivamente consolidado.

Segurança jurídica e prevenção caminham juntas

A decisão do STF reafirma um princípio fundamental: prevenção e segurança jurídica não são conceitos opostos, mas complementares. O fortalecimento da saúde mental no ambiente de trabalho depende de regras claras, critérios técnicos e previsibilidade para que as empresas possam cumprir suas obrigações de forma eficiente e responsável.

Ao preservar a política pública da NR-1 e, ao mesmo tempo, suspender temporariamente seus efeitos sancionatórios, o Supremo sinaliza que a implementação das novas exigências deve ocorrer de maneira equilibrada, favorecendo tanto a proteção dos trabalhadores quanto a segurança das organizações.

A atuação do Sindicomis Nacional

Desde o início das discussões sobre a atualização da NR-1, o Sindicomis Nacional acompanha a evolução do tema e atua na orientação das empresas representadas.

EDITORIAL

Essa atuação está baseada em quatro pilares:

- orientação técnica;
- segurança jurídica;
- implementação responsável das novas exigências;
- diálogo institucional.

Ao longo desse processo, a entidade promoveu estudos, elaborou notas técnicas, realizou debates especializados e desenvolveu materiais orientativos para apoiar associados e filiados na compreensão do novo cenário regulatório.

Essa postura está alinhada ao entendimento manifestado pelo STF, que reforça a importância de conciliar proteção ao trabalhador, previsibilidade normativa e segurança jurídica.

O momento é de preparação

A decisão do Supremo não representa um retrocesso nem elimina a necessidade de adequação à NR-1. Ao contrário, oferece às empresas um período importante para revisar procedimentos, fortalecer mecanismos de prevenção e consolidar práticas de governança.

Organizações que aproveitarem esse momento para investir em planejamento, documentação e capacitação estarão mais preparadas para atender às futuras exigências regulatórias e reduzir riscos operacionais.

Mais do que cumprir uma obrigação legal, preparar-se significa fortalecer a gestão empresarial e construir ambientes de trabalho mais seguros, sustentáveis e produtivos.



Foto: Reprodução/G1

Conclusão

A decisão do Supremo Tribunal Federal representa um importante avanço para a implementação equilibrada das novas diretrizes relacionadas à saúde mental no ambiente de trabalho.

Ao preservar a validade da NR-1 e suspender temporariamente apenas a eficácia sancionatória de determinados dispositivos, o STF reafirma a importância de conciliar proteção ao trabalhador, segurança jurídica e previsibilidade regulatória.

Esse entendimento oferece às empresas um período estratégico para revisar processos, fortalecer programas de prevenção, capacitar equipes e consolidar práticas de gestão alinhadas às futuras exigências legais.

Mais do que uma pausa na aplicação de sanções, trata-se de uma oportunidade para construir uma adaptação sólida, responsável e tecnicamente fundamentada.

O Sindicomis Nacional continuará acompanhando de perto a evolução desse tema, promovendo informação qualificada, orientação técnica e representação institucional em defesa dos interesses das empresas do comércio exterior.

O compromisso da entidade permanece o mesmo: contribuir para que a implementação das novas normas ocorra com equilíbrio, segurança jurídica e diálogo permanente entre o setor produtivo e o poder público.

Preparar-se desde agora é a melhor forma de reduzir riscos, fortalecer a governança e transformar as mudanças regulatórias em oportunidades para construir ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e sustentáveis.

Luiz Ramos
Presidente do Sindicomis Nacional e ACTC

Operação Benaia reforça alerta sobre integridade no setor

Investigação da PF reacende debate sobre governança e compliance no comércio exterior

A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta terça-feira, a Operação Benaia, uma ampla ação destinada a apurar um suposto esquema de corrupção, associação criminosa e lavagem de dinheiro envolvendo um servidor público federal e empresários ligados ao setor aduaneiro.

A operação foi realizada nos estados de São Paulo e Santa Catarina e cumpriu 24 mandados de busca e apreensão autorizados pela Justiça Federal.

As diligências ocorreram em diversos municípios, com destaque para a região de Campinas, importante polo logístico e de comércio exterior do país.

Segundo informações divulgadas pela Polícia Federal, foram cumpridos oito mandados em Campinas, dois em Paulínia e um em cada um dos municípios de Hortolândia e Valinhos.

Em Santa Catarina, três mandados foram executados na cidade de Itajaí.

As investigações apontam que o principal alvo da operação teria utilizado a posição de chefia ocupada na Receita Federal em Itajaí (SC) para favorecer interesses privados em processos relacionados ao setor aduaneiro.

De acordo com os investigadores, a posição estratégica exercida pelo servidor possibilitaria influência sobre procedimentos de interesse de determinados empresários.

A Polícia Federal busca agora reunir elementos probatórios que permitam esclarecer a extensão das irregularidades, identificar eventuais beneficiários e dimensionar os prejuízos causados à administração pública e ao ambiente concorrencial.



Foto: Reprodução/Sindicomis

Impacto para o Comércio Exterior

Embora as investigações ainda estejam em andamento e os envolvidos tenham assegurado o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório, o caso chama a atenção para um tema cada vez mais relevante para o setor: a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de integridade, compliance e governança nas relações entre empresas e órgãos públicos.

O comércio exterior brasileiro depende de procedimentos transparentes, previsíveis e isonômicos para garantir competitividade, segurança jurídica e confiança dos investidores nacionais e internacionais.

Qualquer suspeita de favorecimento indevido ou interferência irregular em processos aduaneiros compromete não apenas a credibilidade das instituições, mas também prejudica empresas que atuam de forma ética e em conformidade com a legislação.

Posicionamento Institucional

O Sindicomis – Sindicato Nacional dos Comissários de Despachos, Agentes Transitários e Operadores Intermodais – e a ACTC – Associação Nacional das Empresas de Comércio Exterior – reiteram seu compromisso permanente com a legalidade, a ética empresarial, a transparência e a livre concorrência.

As entidades defendem o fortalecimento dos controles institucionais, a valorização dos profissionais que atuam corretamente no setor e o combate rigoroso a qualquer prática que possa comprometer a credibilidade do comércio exterior brasileiro.

O desenvolvimento sustentável das atividades de importação, exportação e logística internacional exige relações pautadas pela integridade, respeito às normas e absoluta observância dos princípios que regem a administração pública.

Um alerta para o setor

A Operação Benaia reforça que o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro deve ser uma responsabilidade compartilhada entre órgãos públicos, empresas e entidades representativas.

Empresas comprometidas com programas de compliance, governança corporativa e gestão ética contribuem para a construção de um ambiente de negócios mais seguro, competitivo e alinhado às melhores práticas internacionais.

Mais do que uma investigação policial, o episódio representa uma oportunidade para que todo o ecossistema do comércio exterior reflita sobre a importância da transparência, da integridade e da responsabilidade institucional na construção de um setor cada vez mais forte e respeitado.

Fonte: Polícia Federal e CBN Campinas.



Foto: Reprodução/Estadão

Indústria cresce e exportações batem recorde

Ministro destaca desempenho da economia e avanço do comércio exterior



Foto: Ricardo Stuckert/PR

Durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho, na quarta-feira (10/06), o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, destacou números que mostram a retomada do setor industrial brasileiro nos últimos anos e os recordes do comércio exterior.

“Depois de 14 anos, nós assistimos e colecionamos alguns indicadores favoráveis ao crescimento da indústria. Ela cresceu em 2024, com o lançamento da Nova Indústria Brasil (NIB), 3,1%. Neste primeiro quadrimestre, ela já avançou 1,7%”, destacou o ministro ao pontuar que o cenário tem reflexo positivo no mercado de trabalho.

O Brasil registrou a menor taxa de desemprego, fixada em 5,6%, e recorde de 103 milhões de pessoas empregadas.

Para impulsionar o desenvolvimento, a Nova Indústria Brasil (NIB) disponibiliza R\$ 713 bilhões, por meio do Plano Mais Produção.

Até agora, já foram contratados 428 mil projetos, com potencial de regionalização da política industrial.

“O bom é que 61% desses projetos estão no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É preciso regionalizar e internalizar o desenvolvimento”, avaliou o ministro.

Para ele, um dos grandes resultados da efetividade da NIB é a expressiva atração de investimento privado. Nas seis missões que compõem a política industrial, a iniciativa privada lidera os aportes em quatro delas.

Além disso, no programa MOVER, voltado à mobilidade verde e inovadora, o governo reservou R\$ 19 bilhões em créditos tributários, o que estimulou R\$ 190 bilhões em investimentos anunciados pelos setores automotivo e de autopeças.

“Nós precisamos continuar desenhando políticas como, por exemplo, a depreciação acelerada, de renovação do parque fabril, e outras que levem a essa indústria mais resiliente e capaz de ser, de fato, mais produtiva e exportadora”, afirmou o ministro.

Brasil está exportando como nunca

“O crescimento das exportações e importações, do fluxo de comércio no Brasil, no ano passado, foi de 6,2%, que é o topo da média colecionada pela Organização Mundial do Comércio. Graças ao BNDES, à ABDI e à Embrapii, nós temos hoje uma expansão viva da nossa base exportadora”, afirmou Márcio Elias Rosa.

Em 2025, o Brasil chegou a 29.818 empresas exportadoras, o maior número da série histórica.

De acordo com o ministro, a consolidação de novos acordos internacionais, a exemplo do tratado Mercosul-União Europeia e EFTA, posiciona o país de forma estratégica no protagonismo global.

Para fortalecer os avanços gerados por essa pauta econômica positiva, o ministro Márcio Elias Rosa anunciou que, a partir de junho, iniciará um ciclo de visitas a federações das indústrias e associações comerciais em parceria com a ABDI, ApexBrasil e BNDES. As missões terão o objetivo de difundir os mecanismos de crédito da NIB e os novos acordos internacionais.

“O Brasil registrou a menor taxa de desemprego, fixada em 5,6%, e recorde de 103 milhões de pessoas empregadas.”

De acordo com o ministro, os encontros também terão como tema central a Política Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.

A iniciativa visa engajar o setor produtivo no debate cotidiano sobre a eliminação da violência contra a mulher, combatendo ativamente as repercussões desse problema social dentro do ambiente corporativo e fabril.

Marca de alto renome – PIX

No encontro, o ministro anunciou que a marca Pix será reconhecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) como marca de alto renome, se tornando a primeira marca vinculada ao Governo Federal a alcançar o alto renome.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: Reprodução/Folha Estadão

Brasil amplia acesso a 13 mercados internacionais

Novas aberturas fortalecem as exportações e ampliam oportunidades para empresas brasileira

O governo brasileiro concluiu negociações sanitárias e fitossanitárias que permitirão exportar novos produtos agropecuários para Argentina, Bolívia, El Salvador, Equador, Etiópia, Guiana, Honduras, Nicarágua, Nigéria, Paraguai, República Dominicana, Venezuela e União Econômica Euroasiática.

Como resultado, foram autorizadas as seguintes exportações:

- sêmen de pacu-caranha (*Piaractus mesopotamicus*) para a Argentina;
- couro bovino salgado para a Bolívia;
- material genético bovino para El Salvador;
- milho pipoca para o Equador;
- para a República Dominicana;
- sementes de coco para a Guiana;
- material genético bovino e mudas de cana-de-açúcar para Honduras;
- sementes de pimenta habanero para a Nicarágua;
- sementes de mamona para o Paraguai;
- sementes de maracujá para a Venezuela;
- farinhas e gorduras de pescado, ruminantes e de outros animais e hemoderivados para alimentação animal para a Etiópia;
- ovos férteis para a Nigéria.

Por sua vez, na União Econômica Euroasiática, composta por Rússia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Armênia, foi aprovada a exportação de castanha de caju brasileira.

O bloco importou mais de US\$ 1,4 bilhão em produtos agropecuários brasileiros no último ano, entre os quais se destacam soja, carnes e café.

Com estes anúncios, o agronegócio brasileiro alcança 639 aberturas de mercado em 97 destinos desde o início de 2023.

Esses resultados são fruto do trabalho conjunto do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

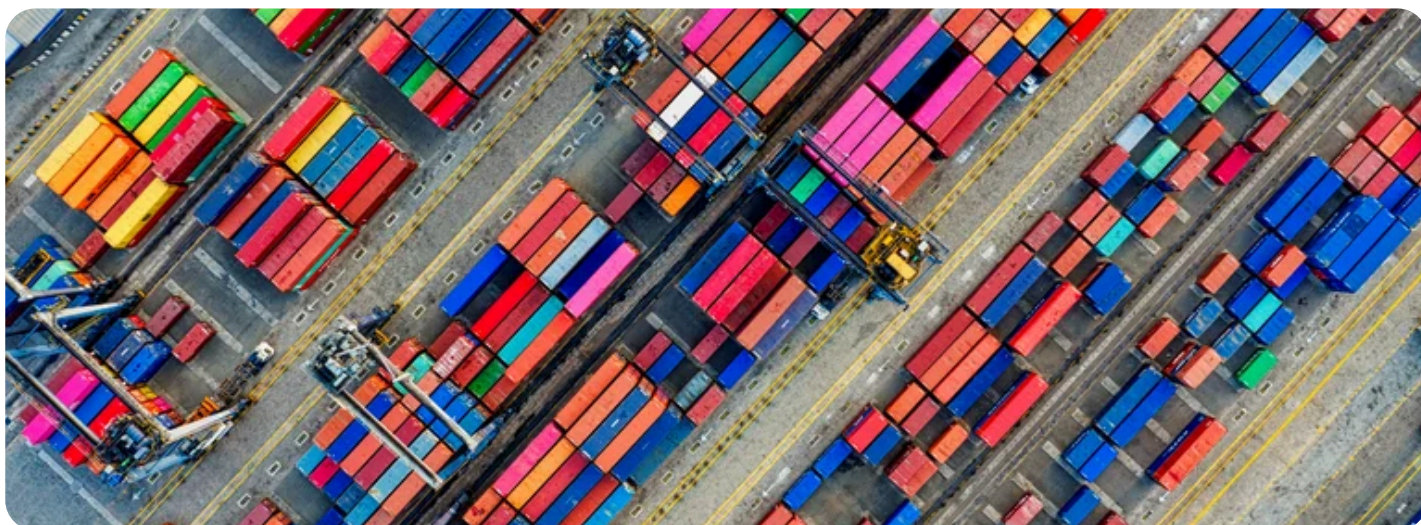


Foto: Reprodução/Gov Br

Brasil registra superávit de US\$ 3,2 bi em junho

Resultado da primeira semana reforça o desempenho positivo da balança comercial

Na 1ª semana de junho de 2026, a balança comercial registrou superávit de US\$ 3,2 bilhões e corrente de comércio de US\$ 12,7 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 8 bilhões e importações de US\$ 4,7 bilhões.

No ano, as exportações totalizam US\$ 156,6 bilhões e as importações, US\$ 120,7 bilhões, com saldo positivo de US\$ 35,9 bilhões e corrente de comércio de US\$ 277,21 bilhões.

Esses e outros resultados foram divulgados nesta segunda-feira (8/6), pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).

Nas exportações, comparadas as médias até a 1ª semana de junho/2026 (US\$ 1,997 bi) com a de junho/2025 (US\$ 1,451 bi), houve crescimento de 37,6%.

Em relação às importações houve crescimento de 2,3% na comparação entre as médias até a 1ª semana de junho/2026 (US\$ 1,186 bi) com a do mês de junho/2025 (US\$ 1,158 bi).

Exportações e importações por Setor

No acumulado até a 1ª semana do mês de junho/2026, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores exportadores pela média diária foi o seguinte: crescimento de US\$ 126,13 milhões (36,6%) em Agropecuária; de US\$ 120,75 milhões (38,5%) em Indústria Extrativa e de US\$ 295,93 milhões (37,6%) em produtos da Indústria de Transformação.

No acumulado até a 1ª semana do mês de junho/2026, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores importadores pela média diária foi o seguinte: crescimento de US\$ 1,78 milhões (8,0%) em Agropecuária; de US\$ 19,58 milhões (41,6%) em Indústria Extrativa e de US\$ 8,53 milhões (0,8%) em produtos da Indústria de Transformação.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: Reprodução/SBA1

Agro exporta US\$ 16 bilhões em maio

Setor respondeu por mais da metade das exportações brasileiras no período

As exportações do agronegócio brasileiro somaram US\$ 16 bilhões em maio de 2026, crescimento de 8,2% em relação ao mesmo mês do ano passado. O desempenho garantiu ao setor participação de 50,2% nas exportações totais do Brasil no período.

No acumulado de janeiro a maio, as vendas externas do agronegócio alcançaram US\$ 70,5 bilhões, crescimento de 4,6%, também recorde para os cinco primeiros meses do ano.

Em relação a maio do ano passado, o volume exportado pelo setor cresceu 3,6%, enquanto o preço médio dos produtos vendidos ao exterior registrou alta de 4,4%.

As importações de produtos agropecuários totalizaram US\$ 1,6 bilhão, recuo de 3,6% na mesma comparação, resultando em um superávit de US\$ 14,4 bilhões no mês, aumento de 9,7%.

China lidera compras do agro brasileiro

A China manteve a liderança entre os destinos das exportações do agronegócio brasileiro, com aquisições de US\$ 6,3 bilhões em maio e participação próxima de 40% na pauta exportadora do setor. O valor representa crescimento de 12,8% em relação a maio de 2025.

A União Europeia ocupou a segunda posição, com importações de US\$ 2,4 bilhões, equivalentes a 15% das exportações do agro brasileiro no mês, e alta de 5,4% na comparação anual.



Foto: Reprodução/Gov Br

Em seguida aparecem os Estados Unidos, com US\$ 837 milhões exportados e participação de 5,2%, apesar da retração de 28% em relação ao mesmo período do ano passado.

Também se destacaram mercados como Bangladesh, Tailândia, Vietnã, Paquistão, Turquia e Jordânia, que ampliaram significativamente suas compras de produtos agropecuários brasileiros no mês.

Soja e proteínas animais impulsionam resultado

A soja em grãos permaneceu como principal produto exportado pelo agronegócio brasileiro. As vendas externas alcançaram US\$ 6,3 bilhões, aumento de 14,6% em relação a maio de 2025. O volume exportado chegou a 14,8 milhões de toneladas, crescimento de 5,1% na comparação anual.

As três principais proteínas animais exportadas pelo Brasil – bovina, de frango e suína – registraram recordes de valor e volume para o mês de maio.

As exportações de carne bovina in natura somaram US\$ 1,7 bilhão, avanço de 50,2%, e embarques de 262 mil toneladas, com crescimento de 20,2% na comparação anual. A China permaneceu como principal destino do produto, com compras de US\$ 1 bilhão, equivalentes a 61,4% das exportações brasileiras da proteína no período.

A carne de frango in natura alcançou US\$ 883 milhões em exportações, crescimento de 40%, enquanto o volume embarcado atingiu 442 mil toneladas, aumento de 32,3%.

O resultado, com embarques para mais de 135 destinos em maio, reflete a manutenção da confiança internacional na proteína brasileira. Já a carne suína in natura registrou exportações de US\$ 278 milhões, alta de 1,4%, e embarques de 111 mil toneladas, crescimento de 5%, também estabelecendo recorde para o período.

Segmentos entre os destaques

Entre os segmentos de maior destaque nas exportações do agronegócio em maio, o complexo soja somou US\$ 7,5 bilhões, crescimento de 16,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

As proteínas animais alcançaram US\$ 3,2 bilhões, avanço de 38%, enquanto fibras e produtos têxteis totalizaram US\$ 483 milhões, alta de 39,6%.

Também registraram desempenho recorde para o mês o óleo de milho, com US\$ 28,5 milhões exportados e crescimento de 798%; o algodão, com US\$ 450 milhões e alta de 45,3%; e as miudezas de frango, que alcançaram US\$ 62,5 milhões, aumento de 20,5%.

Produtos menos tradicionais também ampliaram sua participação na pauta exportadora brasileira. Entre os destaques estão sementes de gergelim, rações para animais domésticos, amendoim, óleo de milho, arroz, pães, biscoitos, produtos de pastelaria e erva-mate, todos com resultados recordes em valor ou volume exportado.

DDG amplia presença internacional

Entre os produtos com maior potencial de expansão no mercado internacional está o DDG (Dried Distillers Grains, ou grãos secos de destilaria), subproduto da indústria de biocombustíveis à base de milho utilizado principalmente na alimentação animal.

Entre janeiro e maio de 2026, as exportações brasileiras do produto somaram US\$ 130 milhões, crescimento de 37,7%, enquanto o volume embarcado alcançou 555 mil toneladas, alta de 30,5%. Os números representam recordes históricos para o período.

“Esse resultado nasce do trabalho dos produtores, da agroindústria, dos exportadores e de uma atuação permanente do governo.”

O desempenho acompanha a estratégia de abertura e ampliação de mercados conduzida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Desde 2023, foram abertos 21 novos mercados para o DDG brasileiro. Nos cinco primeiros meses de 2026, os principais destinos do produto foram China (US\$ 63,2 milhões), Turquia (US\$ 31 milhões), Vietnã (US\$ 11,5 milhões) e Nova Zelândia (US\$ 7,5 milhões).

Confiança internacional e diversificação de mercados

Para o ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, o desempenho demonstra a relevância do setor para a economia nacional. “Quando o agronegócio responde por metade das exportações brasileiras em um mês, estamos falando de renda no campo, emprego na indústria, fortalecimento das cooperativas e mais presença do Brasil no mundo. Esse resultado nasce do trabalho dos produtores, da agroindústria, dos exportadores e de uma atuação permanente do governo para abrir caminhos e ampliar mercados”, destacou.

Segundo o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Luís Rua, o resultado reflete a capacidade do Brasil de atender à crescente demanda global por fornecedores confiáveis e competitivos.

“Em um contexto global marcado por incertezas geopolíticas, reorganização de fluxos comerciais e maior exigência dos mercados consumidores, o Brasil tem conseguido se posicionar como um fornecedor previsível, competitivo e capaz de atender diferentes demandas. O resultado de maio mostra não apenas a força de grandes complexos, como soja e proteínas animais, mas também o avanço de produtos que vêm ganhando espaço na pauta exportadora. Desde 2023, já foram registradas 639 aberturas de mercado e mais de 250 ampliações, resultado de uma agenda estratégica que amplia destinos, reduz dependências, fortalece cadeias produtivas e transforma a capacidade do agro brasileiro em presença concreta no comércio internacional”, afirmou.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

ANTAQ e Banco do Brasil avançam na modernização portuária

Parceria busca tornar licitações mais ágeis e eficientes nos portos brasileiros



Foto: PPI

No dia 09/06, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) esteve na Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEMPI) da Casa Civil da Presidência da República, em Brasília, para assinar um Acordo de Cooperação (ACT) com o Banco do Brasil.

Estiveram na ocasião o diretor-geral da Agência, Frederico Dias, o diretor Wilson Lima Filho e a diretora substituta Cristina Castro – além do Secretário Especial de Licitações e Concessões da ANTAQ, Ygor di Paula.

A parceria fortalecerá a transformação digital aplicada aos processos de concessões e parcerias público-privadas, promovendo mais eficiência, transparência e inovação nos mecanismos relacionados à realização de certames públicos.

“É uma iniciativa importante e inovadora, que comunica muito bem com a agenda de desburocratização da Agência. Primeiro pela credibilidade que o Banco do Brasil oferece, segundo pelo fato de que essa parceria significa olhar ainda mais para o setor de portos – área recordista na quantidade de leilões no país”, disse Frederico.

Participaram do encontro o Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, Marcus Cavalcanti, a gerente-geral do Banco do Brasil, Michele Alencar e demais representantes do Banco do Brasil e do PPI.

PPI

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi criado com a finalidade de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização.

A Secretaria do PPI atua em apoio aos Ministérios e às Agências Reguladoras para a execução das atividades do Programa.

“É uma iniciativa importante e inovadora, que comunica muito bem com a agenda de desburocratização da Agência.”

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

Porto de Santos assina contrato para dragagem

Aprofundamento do canal deve fortalecer a infraestrutura logística nacional

O Porto de Santos, maior complexo portuário da América Latina, avança na ampliação de sua capacidade operacional. A Autoridade Portuária de Santos (APS) assinou o contrato para a dragagem de aprofundamento do canal de navegação santista para 16 metros.

A medida permitirá que embarcações maiores operem com mais segurança e eficiência e atende a uma demanda crescente do mercado internacional, que tem adotado navios cada vez maiores para transportar volumes elevados de cargas.

O investimento previsto para a intervenção, que será realizada pela empresa Jan de Nul, é de R\$617,9 milhões por um período de cinco anos. Hoje, o canal possui profundidade de 15 metros, resultado da última obra de 14 anos atrás. A expectativa é que a melhoria contribua para reduzir custos operacionais e ofereça mais competitividade aos produtos brasileiros no exterior.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o aprofundamento do canal faz parte da estratégia de expansão da infraestrutura para acompanhar o crescimento da demanda e garantir maior agilidade às operações. “Essa obra significa mais capacidade para movimentar cargas e maior eficiência logística, mantendo o Brasil competitivo nas principais rotas do comércio internacional. É um investimento estratégico para o Porto de Santos e também para o crescimento da infraestrutura portuária”, afirmou.

“É um investimento que estamos fazendo de quase 620 milhões, que atende ao planejamento de expansão do Porto de Santos, para que a mais moderna frota de navios cargueiros do mundo possa acessar sem dificuldade os terminais, aumentando a produtividade e diminuindo custos”, disse o presidente da APS, Anderson Pomini.



Foto: Divulgação/Porto de Santos

O aprofundamento do canal do Porto de Santos será feito depois de 14 anos da última obra, quando a profundidade foi aumentada para 15 metros.

Neste período, os navios passaram a exigir maior calado. Com a obra, a APS visa garantir aos usuários do complexo portuário melhor infraestrutura.

Além da execução da dragagem, a contratação contempla etapas como licenciamento ambiental, elaboração dos projetos básico e executivo e a manutenção da nova profundidade por dois anos. Papel estratégico

Em 2025, o Porto de Santos registrou recorde histórico de 186,4 milhões de toneladas movimentadas, consolidando sua posição como principal hub logístico do Brasil.

Responsável por conectar a produção nacional aos principais mercados internacional, o complexo portuário movimenta cargas e desempenha um papel fundamental para setores como agronegócio, indústria, mineração e energia.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

Portos do Sul crescem 44% em contêineres

Movimentação avançou no mês de fevereiro

Os portos do Sul movimentaram 4,7 milhões de toneladas em carga containerizada no mês de fevereiro, um crescimento de 43,98% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

O desempenho reforça a importância da região para a logística nacional e ocorre em meio a uma agenda de investimentos e modernização conduzida pelo Governo Federal nos terminais da região. Ao todo, os portos sulistas movimentaram 14,4 milhões de toneladas em fevereiro.

Entre os principais tipos de carga transportados estão contêineres, soja, petróleo e derivados, fertilizantes e milho. As exportações cresceram 5,04% no período, enquanto a movimentação de longo curso avançou 1,75%, indicando a manutenção da atividade ligada ao comércio exterior.

O Porto de Paranaguá (PR) liderou a movimentação regional, com 4,4 milhões de toneladas, equivalente a 30,7% de toda a carga movimentada na região Sul. Na sequência aparecem o Porto de Rio Grande (RS), com 2,4 milhões de toneladas, e o Porto Itapoá (SC), com 1,2 milhão.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o crescimento da carga containerizada confirma o fortalecimento da infraestrutura da região. “O avanço da movimentação de contêineres demonstra uma logística mais dinâmica, eficiente e integrada ao comércio internacional. O Governo Federal vem trabalhando para ampliar a capacidade operacional dos portos, melhorar acessos e criar um ambiente mais seguro para investimentos, fortalecendo a competitividade do Sul”, afirmou.

Infraestrutura e inovação

O desempenho ocorre em um contexto de ampliação dos investimentos federais em infraestrutura portuária na região Sul.



Foto: Reprodução/Gov Br

Em Santa Catarina, o Ministério de Portos e Aeroportos retomou, em abril, o contrato de dragagem do Porto de Itajaí, com investimento de R\$ 63,8 milhões para garantir navegabilidade e continuidade das operações pelos próximos 12 meses, prorrogáveis por até 48 meses.

Também em Santa Catarina, o ministro Tomé Franca assinou recentemente contrato de R\$ 72,8 milhões para manutenção e reforço do molhe de abrigo do Porto de Imbituba. A obra busca ampliar a segurança da navegação, aumentar a eficiência operacional e reduzir custos logísticos no complexo portuário.

No Paraná, o Porto de Paranaguá sediou nesta semana a primeira edição de 2026 das Caravanas da Inovação Portuária, iniciativa promovida pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Antaq para estimular soluções inovadoras, sustentabilidade e modernização das operações portuárias.

O Governo Federal também vem ampliando investimentos na indústria naval e na navegação costeira da região.

Em abril, o Fundo da Marinha Mercante aprovou R\$ 81 milhões para projetos da indústria naval no Sul do país, incluindo a construção de embarcação de apoio marítimo em Santa Catarina, com previsão de geração de 350 empregos diretos.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

Brasil fortalece parceria com a China para novos projetos ferroviários

Iniciativa pode ampliar a competitividade logística e impulsionar o comércio exterior

Desde o dia 08 de junho, o Ministério dos Transportes apresenta ao mercado chinês a nova estratégia brasileira para o setor ferroviário durante uma missão inédita em Pequim. A comitiva levou uma robusta carteira de projetos e os instrumentos de financiamento que estão sendo estruturados para viabilizar investimentos nos próximos anos.

A agenda reuniu representantes do Governo do Brasil, instituições financeiras e empresas chinesas para atrair capital estrangeiro e fortalecer parcerias estratégicas voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Ao longo de cinco dias de compromissos, a comitiva apresentou os pilares da Política Nacional de Ferrovias, que busca ampliar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes brasileira, além de detalhar os mecanismos de funding (recursos para viabilizar os investimentos), financiamento, garantias e estruturação dos projetos.

A missão também serviu para aproximar investidores e operadores internacionais das oportunidades que estão sendo desenvolvidas pelo governo federal.

Um dos destaques da agenda foi a realização de reuniões com os principais órgãos do governo chinês responsáveis pelo planejamento econômico e pela definição das estratégias de investimento do país no exterior, fortalecendo o diálogo institucional e ampliando a visibilidade dos projetos brasileiros.

“Tivemos reuniões com instituições financeiras, empresas de construção e grupos que operam tanto o transporte de cargas quanto o de passageiros. Além de apresentar os projetos brasileiros, foi uma oportunidade de conhecer experiências internacionais e entender de que forma a China pode contribuir para o avanço das nossas ferrovias”, destacou o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro.

A delegação brasileira contou ainda com a participação do subsecretário de Parcerias do Ministério dos Transportes, Hélio Fernandes; do diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz; do superintendente de Infraestrutura do BNDES, Felipe Borim; do superintendente de Licitações e Relações Governamentais da B3, Guilherme Peixoto; e do superintendente de Projetos Ferroviários da Infra S.A., Diógenes Alvares.

Ao todo, a missão realizou encontros com mais de dez instituições e empresas de grande relevância para os setores de infraestrutura, logística e investimentos.



Foto: Ministério dos Transportes

Diálogo Brasil-China

A aproximação entre Brasil e China no setor ferroviário vem sendo construída nos últimos anos e ganhou um importante marco em agosto de 2025.

Na ocasião, o Ministério dos Transportes, por meio da Infra S.A., firmou um Memorando de Entendimento (MoU) com o Instituto de Planejamento e Pesquisa Econômica da China State Railway Group, braço estratégico da maior empresa ferroviária do mundo.

“Nosso relacionamento com a China não começou agora. Existe um diálogo permanente e crescente entre os dois países, baseado na troca de conhecimento, no planejamento de longo prazo e na busca por oportunidades de investimento.

O memorando assinado no ano passado é uma demonstração concreta desse esforço conjunto”, destacou o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: Ministério dos Transportes

Porto de Itaqui fortalece o Arco Norte

Terminal amplia a competitividade logística e aproxima o Brasil dos mercados internacionais

Em São Luís (MA), o Porto do Itaqui é um dos principais acessos do Brasil para fertilizantes que alimentam a produção agrícola nacional e, ao mesmo tempo, o principal ponto de saída para soja e milho colhidos na região Centro-Norte destinados ao mercado internacional.

Pilar logístico fundamental para o agronegócio brasileiro, o complexo é o 4º maior porto público do país e o principal do Arco Norte, corredor logístico estratégico que já responde por cerca de 38% das exportações da safra nacional.

Por sua localização geográfica privilegiada, o complexo portuário aproxima o Brasil dos principais mercados internacionais, como a Europa, a América do Norte e a Ásia, reduzindo significativamente as distâncias, os custos logísticos e o tempo de transporte das mercadorias.

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o desenvolvimento dessa rota é fundamental para a soberania econômica do país. “O Arco Norte deixou de ser uma promessa e se tornou uma realidade indispensável para a competitividade brasileira. Itaqui oferece eficiência e agilidade, aliviando a pressão sobre os portos do Sul e Sudeste e criando uma rota de exportação muito mais inteligente”, destaca o ministro.

A Geografia do Crescimento

O Arco Norte abrange os estados do Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá e Rondônia. Juntos, esses estados formam uma fronteira logística que transforma a produção agrícola do Centro-Oeste e do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) em riqueza global.

Dentro desse cenário, o Porto do Itaqui se destaca por suas características naturais incomparáveis. A presidente do porto, Orquelina Costa, explica o diferencial: “contamos com berços que variam de 12 a 26 metros de profundidade, o que nos permite receber os maiores navios do mundo. Essa infraestrutura natural, somada aos investimentos contínuos em tecnologia e sustentabilidade, nos coloca em posição de vanguarda no comércio exterior.”

Integração multimodal e investimentos bilionários

A eficiência de Itaqui não se limita ao mar. O porto opera interligado a uma robusta malha de transporte que confere previsibilidade e agilidade ao escoamento de grãos, minérios e celulose, além da recepção de fertilizantes e combustíveis.

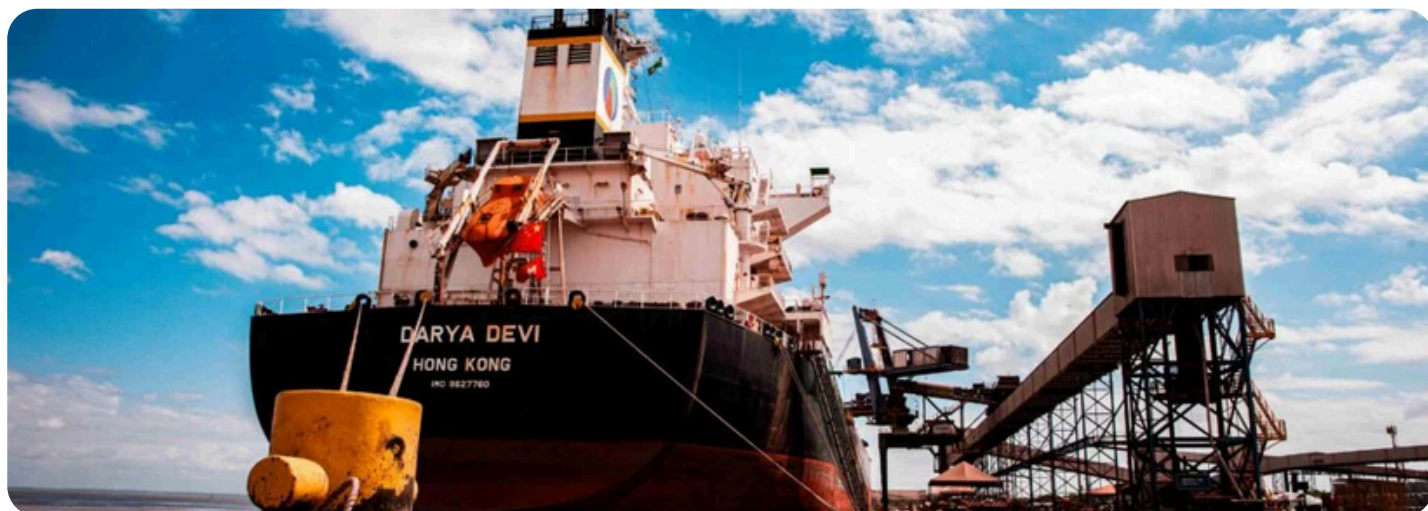


Foto: Vosmar Rosa/MPor

A infraestrutura rodoviária e aeroportuária local conecta-se diretamente a três grandes ferrovias: a Transnordestina (FTL), com 4.238 km de extensão, que atravessa sete estados do Nordeste; a Estrada de Ferro Carajás (EFC), com 892 km, que transporta minérios e a celulose produzida na região de Imperatriz (MA) e a Ferrovia Norte-Sul, conexão crucial que integra o complexo portuário às principais regiões produtoras do Sudeste e Centro-Oeste.

Para garantir a continuidade dessa expansão, o Ministério de Portos e Aeroportos e o governo do Maranhão anteciparam a renovação da gestão do porto pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) até 2051, assegurando um plano de investimentos de R\$ 1,3 bilhão.

Adicionalmente, novos aportes privados, como os R\$ 221,5 milhões direcionados à modernização do terminal de cobre operado pela Vale até 2030, reforçam a capacidade operacional do complexo.

“Essa infraestrutura natural, somada aos investimentos contínuos em tecnologia e sustentabilidade, nos coloca em posição de vanguarda no comércio exterior.”



Foto: Reprodução/Gov Br

Esse ecossistema gera milhares de empregos diretos e indiretos, garantindo a renda de Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs) e movimentando a economia local sob a governança e fiscalização conjunta de órgãos como Antaq, Receita Federal, Polícia Federal, Anvisa e Vigiagro.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

Impacto Socioeconômico na Região

Além de sua relevância para a balança comercial brasileira, a atividade portuária em Itaqui sustenta uma ampla rede de negócios regional.

A cadeia envolve importadores, transportadores, fornecedores de insumos e grandes distribuidoras de combustíveis, como:

- Petrobras,
- Granel Química,
- Terminal Marítimo do Maranhão,
- Petróleo Sabbá e
- Ipiranga.

Brasil é destaque na OMC pelo Portal Único

Reconhecimento internacional reforça os avanços na modernização do comércio exterior

Durante a 2ª revisão do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC), realizada entre 10 e 12 de junho, o país compartilhou na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, os avanços do Portal Único de Comércio Exterior e outras iniciativas de modernização do comércio exterior brasileiro.

Durante as reuniões, os membros da OMC compartilharam experiências e discutiram formas de simplificar processos, reduzir custos e aumentar a eficiência das operações de exportação e importação.

Nesse contexto, a delegação brasileira apresentou iniciativas concretas que não apenas cumprem os compromissos do AFC, mas avançam além deles, com foco em eficiência regulatória, digitalização e redução de custos operacionais para empresas.

A participação ativa do país reforça seu papel como referência internacional em facilitação do comércio e contribui para dar visibilidade aos avanços implementados no ambiente doméstico, com impactos diretos na competitividade das empresas brasileiras.



Foto: Divulgação/Agência Brasil/Reuters/Denis Balibouse

Avanços estruturantes

Nos últimos anos, o Brasil tem promovido uma agenda consistente de modernização do comércio exterior, baseada na integração e digitalização de processos e na gestão de riscos.

Essas medidas vêm reduzindo prazos, eliminando redundâncias e aumentando a previsibilidade para operadores privados.

Destaques que já fazem diferença para as empresas e foram levados ao foro multilateral como boas práticas:

- Integração dos órgãos intervenientes ao Portal Único de Comércio Exterior, permitindo a realização dos processos em um ambiente digital único, com maior coordenação, transparência e eficiência.

Atualmente há 17 órgãos intervenientes, e todos estão integrados ao Portal Único.

Com isso, houve a redução da utilização de diversos sistemas por parte dos operadores.

A anuência de produtos sujeitos ao controle da Anvisa, como exemplo, possuía protocolo de processo, pagamento de taxa de exercício de poder de polícia e relatório de inspeção de mercadorias efetuados em sistemas não integrados.

Hoje todo o processo ocorre no Portal Único.

- Pagamento Centralizado de Comércio Exterior, simplificando a arrecadação e a quitação de taxas e tributos por meio de uma plataforma unificada. Anvisa e MAPA possuem suas taxas integradas ao módulo PCCE, com redução média de 48 horas de tempo de análise. Exército e Inmetro estão em processo de integração de suas taxas ao PCCE.

- Licenças Flex, proporcionando maior agilidade, previsibilidade e flexibilidade na gestão do tratamento administrativo das operações de comércio exterior. Com o novo tipo de licença já houve redução de 80% na quantidade de licenças emitidas pelos órgãos anuentes, quando comparado o primeiro trimestre de 2026 em relação ao ano anterior.
- Despacho antecipado de mercadorias, permitindo a conclusão dos procedimentos aduaneiros antes da chegada da carga, com significativa redução dos tempos de permanência em portos.

O Despacho sobre Águas constitui importante medida de facilitação do comércio exterior ao permitir o processamento antecipado das formalidades aduaneiras durante o trânsito marítimo da mercadoria.

Levantamento realizado pela Receita Federal demonstrou redução média de cerca de 70% no tempo decorrido entre a chegada da carga e sua efetiva entrega ao importador.

- Nova modalidade de tratamento administrativo de monitoramento, com abordagem mais moderna e proporcional de controle estatal, sem intervenção direta do órgão no fluxo do comércio exterior.

Baseado em dados e gestão de riscos, o tratamento administrativo de monitoramento permite que os órgãos acompanhem as operações após seu registro, subsidiando decisões regulatórias futuras. Como resultado, a Agência Nacional de Energia Elétrica passou a atuar exclusivamente por monitoramento, enquanto o Ministério da Defesa reduziu aproximadamente 80% de suas licenças, concentrando suas exigências em um único LPCO.

Essas iniciativas se somam a esforços contínuos de integração entre órgãos governamentais, adoção de gestão de risco e simplificação normativa, criando um ambiente mais favorável ao comércio exterior.

Impactos para as empresas

Os avanços já se traduzem em benefícios concretos para o setor produtivo, incluindo:

- Redução dos custos logísticos e administrativos associados às operações de comércio exterior.
- Ampliação da previsibilidade e da segurança quanto aos prazos de liberação de mercadorias.
- Simplificação de procedimentos, com eliminação de etapas burocráticas e exigências redundantes.
- Fortalecimento da competitividade internacional das empresas brasileiras e melhoria do ambiente de negócios. O Novo Processo de Importação tem contribuído diretamente para o fortalecimento da competitividade internacional das empresas brasileiras e para a melhoria do ambiente de negócios ao reduzir custos, aumentar a previsibilidade das operações e simplificar procedimentos de comércio exterior.

Os resultados já são concretos: em fevereiro de 2026, o Portal Único de Comércio Exterior passou a processar mais da metade das importações brasileiras, proporcionando redução média de 19 horas no tempo de permanência das cargas nos portos.

Com a implementação integral do programa, estima-se uma economia superior a R\$ 40 bilhões anuais para o setor privado, decorrente da diminuição de custos logísticos e administrativos, do aumento da eficiência operacional e da maior integração entre os órgãos governamentais, fatores essenciais para ampliar a inserção competitiva do Brasil no comércio internacional.

Nesse contexto, o Brasil se destaca na vanguarda da modernização do comércio exterior, implementando soluções reconhecidas internacionalmente e contribuindo para o aperfeiçoamento dos modelos de facilitação do comércio em âmbito global.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: Reprodução/Internet

Brasil prepara emissão inédita de títulos na China

Operação marca avanço na integração financeira entre os dois países



Foto: Ministério da Fazenda

O Ministro da Fazenda, Dario Durigan, protocolou nesta quinta-feira (25/6), nos organismos reguladores do mercado de capitais da China, uma Carta de Apresentação da República, o que representa o primeiro passo formal para a realização da emissão de títulos soberanos brasileiros em yuan, o chamado Panda Bonds.

O documento descreve a economia do Brasil e apresenta as diretrizes da operação e do uso dos recursos a serem captados.

Nesta semana, o ministro e comitiva de representantes do Ministério da Fazenda cumprem agenda em missão oficial à China com o objetivo de aprofundar a cooperação bilateral em áreas estratégicas ligadas à transformação ecológica e à integração financeira.

“Não há países melhores do que o Brasil e a China para mostrar que podem colidir a economia mundial trabalhando juntos, construindo vidas melhores para os seus cidadãos. Portanto, é por isso que estou aqui hoje anunciando que estamos prontos para emitir os Panda Bonds – e pretendemos fazer isso nos próximos meses, à medida que damos os próximos passos junto ao Banco Popular da China”, afirmou o ministro durante a agenda que marcou a Entrega da Carta de Intenções de Emissão de Panda Bonds.

O secretário do Tesouro Nacional, Daniel Leal, explicou que essa entrega é um primeiro passo e que, para a realização da operação e definição de suas características, ainda será necessário aguardar a conclusão dos procedimentos legais e operacionais aplicáveis e das condições de mercado vigentes à época da operação.

Além de ampliar o acesso do Brasil a diferentes bases de investidores internacionais, a avaliação dessa alternativa está alinhada à estratégia de fortalecimento dos canais de cooperação financeira internacional e de aprofundamento da integração do país aos mercados globais de capitais.

O Tesouro Nacional segue ampliando a estratégia de diversificação dos mercados internacionais de atuação da Dívida Pública Federal.

A estratégia de financiamento da República no mercado externo já contempla uma atuação consistente em diferentes mercados e moedas, contribuindo para a ampliação da base de investidores, o fortalecimento das referências internacionais para os títulos brasileiros e a diversificação das fontes de financiamento do país.

O Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2026 prevê a possibilidade de emissões em outras moedas além do dólar.

Tal objetivo já foi parcialmente cumprido com a operação realizada em abril no mercado europeu, mas segue em evolução com os passos que estão sendo tomados para a emissão inaugural no mercado chinês.

Durante a visita à China, o ministro Dario Durigan também está apresentando iniciativas voltadas à mobilização de recursos para investimentos sustentáveis, incluindo instrumentos associados ao programa Eco Invest Brasil e ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF).

Qual o objetivo de emitir títulos públicos em mercados internacionais?

As emissões soberanas em mercados internacionais permitem ao governo federal acessar uma base mais ampla e diversificada de investidores, fortalecendo a presença do Brasil nos mercados globais de capitais e contribuindo para a estratégia de financiamento da Dívida Pública Federal.

Quais os benefícios dessa estratégia?

A diversificação de mercados e de investidores contribui para ampliar a flexibilidade da estratégia de financiamento da República, fortalecer referências internacionais para os títulos brasileiros e apoiar o desenvolvimento do mercado de capitais.

Emissões soberanas internacionais também podem servir como referência para emissores brasileiros que busquem acessar mercados externos.

O que são Panda Bonds?

Panda Bonds são títulos emitidos por governos, instituições multilaterais ou empresas no mercado doméstico chinês e denominados em yuan.

No mercado financeiro internacional, é comum que títulos de dívida emitidos por estrangeiros recebam nomes associados ao país onde são emitidos, geralmente inspirados em símbolos ou referências locais, como os Samurai Bonds (Japão), Panda Bonds (China), Kangaroo Bonds (Austrália) e Bulldog Bonds (Reino Unido).

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: Reprodução/Gov Br

Diplomacia registra recorde de aprovação feminina

Resultado marca avanço na presença feminina na carreira diplomática brasileira

No contexto das comemorações alusivas ao Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia (24/06), o Ministério das Relações Exteriores celebra a aprovação do percentual recorde de 45% de candidatas mulheres no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), realizado em 2026.

O aumento, pelo terceiro ano consecutivo, do número de mulheres aprovadas no CACD – bem acima da média histórica de 21% – comprova a eficácia de iniciativa adotada pelo Itamaraty, no âmbito do Programa Federal de Ações Afirmativas (Decreto nº 11.785/2023).

A ação, implementada a partir de 2024, prevê chamada de número adicional de candidatas aprovadas na primeira fase para a realização das provas discursivas da segunda fase.

De acordo com o resultado, publicado no Diário Oficial de hoje, do total de 60 vagas, 27 serão ocupadas por mulheres, sendo onze beneficiadas pela ação afirmativa.

Entre o total de aprovadas, há oito mulheres negras, uma das quais quilombola, e três mulheres com deficiência.

Nesta data, o Ministério das Relações Exteriores renovou seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e da diversidade e inclusão na diplomacia brasileira.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: Reprodução/ANBA